

Aumento de impostos não deverá elevar a inflação

Medidas vão desaquecer a economia e reduzir o impacto dos tributos sobre os preços

TOM MOROOKA
e CÁSSIA CAROLINDA

As medidas de ajuste fiscal lançadas pelo governo levaram a uma acentuada desaceleração da atividade econômica nos próximos meses. O próprio orçamento da União para 1999, elaborado pelo governo e a ser aprovado ainda pelo Congresso, embute, para cálculo de arrecadação para o próximo ano, uma expectativa de crescimento zero do Produto Interno Bruto (PIB), soma de bens e serviços produzidos pelo País.

A lógica do ajuste apresentado aponta nessa direção mesmo. O conteúdo é claramente recessivo, para tentar reduzir a dependência do País em relação ao capital externo. Numa ponta, uma economia em recessão demanda menos importação, ou menos gastos com pagamentos em dólar, e, em outra, a queda no consumo, produzindo excedente de exportação.

Tradicionalmente, a elevação da carga tributária, mediante aumento de impostos, é fator de pressão sobre os preços. Mas, com o clima de recessão que se está pintando, pelo menos para o primeiro semestre de 1999, as empresas não têm como repassar o custo de aumento de impostos aos preços de produtos.

Deflação – Não seria surpreendente, portanto, se persistir a tendência de inflação próxima de zero ou até de deflação. Se tiver início um processo recessivo, como parece provável, alimentado pelo arrocho econômico, os preços vão começar a cair e haverá quebra de empresas, agravando ainda mais o desemprego, segundo Cornélia Nogueira Porto, coordenadora do Índice de Custo de Vida (ICV) do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Pela análise do economista Heron do Carmo, coordenador do Índice do Custo de Vida (ICV) da Fipe, o nível de atividade econômica deve continuar em queda até o início do segundo trimestre do próximo ano. O pacote fiscal aponta também, afirma ele, para um provável aprofundamento da deflação (inflação negativa). Ele prevê que a deflação estimada de 0,15% a 0,20% no acumulado do IPC-Fipe de 12 meses (novembro a outubro) chegue ao fim do ano no nível de 0,50%. "A deflação deve permanecer até meados do ano que vem."

Desemprego – A entrada da economia em rota de recessão deve levar também à expansão do desemprego, a maior preocupação do trabalhador. Marcos Silvestre, economista-chefe da Forex Services, diz que o momento exige cautela.

A perspectiva de deflação poderia sugerir uma economia nos trilhos, mas não é o caso. Ela é resultado de um freio na atividade econômica, "uma situação traízoeira que coloca todos na condição de candidatos potenciais ao desemprego". Sem um critério lógico de corte, pois não contempla com demissão apenas os incompetentes. "Em geral, nessa situação, a em-

presa não vai cortar necessariamente os profissionais menos qualificados, mas aqueles que representam maior contenção de gastos com a folha de pagamentos."

O mecanismo de ajuste, que bate na recessão econômica, é acionado pelo corte nos gastos públicos combinado com a retirada de dinheiro da economia para o cofre do Tesouro via aumento de impostos e contribuições. Um afrouxamento do aporte econômico, segundo Silvestre, deve ocorrer apenas quando as taxas de juros recuarem à metade, para o nível em torno de 20% ao ano.

A lógica do pacote consiste ainda na criação de condições para uma queda dos juros, o que deve ocorrer apenas quando a aprovação das propostas pelo Congresso restaurar a confiança no País.

